

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor e o estatuto social da companhia, apresentamos a V. Sas., o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, Demonstrações dos resultados abrangentes, Demonstração das mutações do patrimônio líquido, Demonstração de Fluxos de Caixa e suas respectivas Notas Explicativas, relativos aos exercícios findos em 31/12/2024 e 2023, acompanhadas do relatório do auditor independente para apreciação da Assembleia Geral. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

A Diretoria.

Mamoneira Agropastoril S/A

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 253ST-027-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
Rua Juiz de Fora, 1.406 -
Salas 601 e 602, Santo Agostinho -
Belo Horizonte (MG) Brasil
T +55 31 3289-6000
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Mamoneira Agropastoril S/A
Natalândia – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Mamoneira Agropastoril S/A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mamoneira Agropastoril S/A em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 8 às demonstrações contábeis, durante o exercício de 2024 a Companhia revisou sua política contábil para contabilização de propriedade para investimentos (adotando, a partir do citado exercício, o método do valor justo). Dessa forma, os montantes correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e balanço patrimonial de 01 de janeiro de 2023 estão sendo reapresentados nos termos do Pronunciamento Técnico NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, antes do ajuste de reapresentação citado anteriormente, foram por nós auditadas, cujo relatório de auditoria, emitido em 16 de maio de 2024, não continha ressalva. O balanço patrimonial em 01 de janeiro de 2023 foi derivado das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 previamente auditadas por nós, cujo relatório de auditoria, emitido em 19 de abril de 2023, não continha ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 1º de abril de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC MG-008.957/F-8



Gabriela Garrido do Vale Mattos
Contadora CRC 1MG-092.478/O-8

1. Contexto operacional

A Mamoneira Agropastoril S/A (“Companhia”) foi constituída em 20 de agosto de 1984 na forma de sociedade limitada, sendo transformada em sociedade anônima em agosto de 2009, tendo como objeto social das atividades agrícolas ou pastoris, como: bovinocultura, suinocultura, apicultura, sericultura, piscicultura, cultura de solo, extração vegetal, inclusive o arrendamento, locação e administração de áreas rurais.

A Companhia tem sede no Município de Natalândia – MG, denominada Fazenda Mamoneira, s/n, zona rural.

A Mamoneira Agropastoril S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.006.219/0001-05, e Mogno das Alterosas Investimentos Florestais S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 30.271.287/0001-55, resolveram, de comum acordo, proceder à Cisão Parcial (“Cisão Parcial”) da Mamoneira com versão da totalidade do patrimônio cindido para a integralização de capital da MDA em 01 de junho de 2018.

Em 31 de julho de 2018, foi firmado o contrato de venda e compra de ações, correspondendo a 45% do total de ações ordinárias emitidas em circulação da Companhia, celebrados entre a vendedora AGFA Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e a compradora GTR Brasil Participações Ltda. Com a entrada do novo acionista, foi estabelecido entre as partes, a finalização da operação de confinamento e recria de gado em 11 de dezembro de 2018, passando a Mamoneira Agropastoril S/A a ter como atividade principal o arrendamento de terras para silvicultura e pasto.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos técnicos, nas orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 1º de abril de 2025.

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais.

2.1.4. Uso de estimativas e julgamentos

Ao preparar as demonstrações contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes.

A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos e outras avaliações similares.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

2.2. Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "Ativos financeiros são valor justo por meio do resultado". A abertura destas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota Explicativa nº 3.

c) Clientes

As contas a receber correspondem aos valores a receber pelo arrendamento de terras para silvicultura e pasto e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes de contrato de arrendamento de terras para silvicultura e pasto. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Mensalmente, a Companhia realiza a análise de provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa e provisiona 100% de todos os valores vencidos há mais de 180 dias.

d) Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com valorização do capital (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito) ou para aluguel. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação, e depois amortizadas com base em sua vida útil econômica. Podendo subsequentemente ser mensuradas ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do item (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o item é baixado.

A Companhia decidiu alterar a forma de mensuração das propriedades para investimento de custo para valor justo, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nºs 2.3 e 8.

e) Investimentos

Investimentos em empresas não controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18, para fins das demonstrações contábeis individuais da Companhia. Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos em controlada e não controladas são contabilizados no balanço patrimonial ao custo na data da aquisição, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na não controlada.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da não controlada com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da não controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

f) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário.

As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado estão descritas abaixo:

	2024 e 2023
Terrenos	-
Instalações	30 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos.	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	4 anos
Máquinas agrícolas	10 anos
Pastagem	20 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

g) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de *impairment*)

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Com base nas informações atualmente disponíveis, a administração desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudanças nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

h) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

i) Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

No exercício de 2024 e 2023 a Companhia adotava o regime de apuração do lucro presumido, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 60 no trimestre, e são aplicadas sobre o percentual de presunção de 32% sobre a receita bruta de vendas. Para a apuração da contribuição social, a alíquota de 9% é aplicada sobre o percentual de presunção de 12% sobre a receita bruta de vendas. As receitas financeiras são acrescidas a base presumida, aplicando-se suas alíquotas de 15% e adicional de 10% (quando exceder R\$ 60 no trimestre), para imposto de renda e 9% para contribuição social.

j) Tributação diferida sobre propriedades para investimento

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferido sobre o valor justo da propriedade para investimento demonstrada na Nota Explicativa nº 19, esperando liquidar esse passivo diferido em uma transação de venda futura.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados em outros resultados abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

k) Impostos sobre faturamento

As receitas de arrendamento estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: Programa de Integração Social – PIS (0,65%) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – Cofins (3,00%).

l) Instrumentos financeiros e derivativos

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

m) Reconhecimento de receita

A receita de arrendamento de terras para silvicultura e pasto é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável e todos os riscos e benefícios são transferidos para o arrendatário.

n) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa.

o) Provisões

(i) Geral

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

(ii) Provisão para riscos

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, se aplicável, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

p) Lucro básico e diluído por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro básico por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação durante o exercício correspondente ao resultado. A Companhia não possui fatores diluidores para mensuração do lucro diluído por ação, desta forma, o lucro básico e diluído por ação são iguais.

2.3. Reapresentação dos saldos comparativos

A Administração da Companhia procedeu com a reapresentação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (1º de janeiro de 2023) em virtude da adoção inicial do valor justo para propriedade para investimento, CPC 28 - Propriedade para investimento no contexto da primeira adoção do IFRS (CPC 37), conforme Nota Explicativa nº 8. Foram efetuados ajustes a valor justo nos saldos de propriedade para investimento, sem impactos em seu resultado. A citada reapresentação está sendo efetuada conforme requer a NBC TSP 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Os efeitos da reapresentação para cada rubrica das demonstrações contábeis dos exercícios comparativos, estão demonstrados a seguir:

Balço patrimonial	Em 1º de janeiro de 2023		
	Originalmente apresentado	Ajustes de reapresentação	Saldo reapresentado
Ativo circulante			
Total do ativo circulante	4.740	-	4.740
Ativo não circulante			
Propriedades para investimentos	1.504	219.404	220.908
Investimentos	4	-	4
Imobilizado	147	-	147
Total do ativo não circulante	1.655	219.404	221.059
Total do ativo	6.395	219.404	225.799
Passivo circulante			
Total do passivo circulante	87	-	87
Passivo não circulante			
Tributos diferidos	-	74.591	74.591
Total do passivo não circulante	-	74.591	74.591
Patrimônio líquido			
Capital social	3.180	-	3.180
Reserva legal	636	-	636
Reserva de lucros a realizar	2.492	144.813	147.305
Total do patrimônio líquido	6.308	144.813	151.121
Total do passivo e patrimônio líquido	6.395	219.404	225.799

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco patrimonial	Em 31 de dezembro de 2023		
	Originalmente apresentado	Ajustes de reapresentação	Saldo reapresentado
Ativo circulante			
Total do ativo circulante	8.992	-	8.992
Ativo não circulante			
Propriedades para investimentos	1.453	219.455	220.908
Investimentos	4	-	4
Imobilizado	80	-	80
Total do ativo não circulante	1.537	219.455	220.992
Total do ativo	10.529	219.455	229.984
Passivo circulante			
Total do passivo circulante	99	-	99
Passivo não circulante			
Tributos diferidos	-	74.591	74.591
Total do passivo não circulante	-	74.591	74.591
Patrimônio líquido			
Capital social	4.680	-	4.680
Reserva legal	936	-	936
Reserva de lucros a realizar	4.814	144.864	149.678
Total do patrimônio líquido	10.430	144.864	155.294
Total do passivo e patrimônio líquido	10.529	219.455	229.984

Demonstração do resultado do exercício - DRE	Em 31 de dezembro de 2023		
	Originalmente apresentado	Ajustes de reapresentação	Saldo reapresentado
Lucro bruto	8.922	-	8.922
Despesas e receitas operacionais			
Administrativas, comerciais e gerais	(1.065)	51	(1.014)
Outras receitas	105	-	105
Total das receitas (despesas) operacionais	(960)	51	(909)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	7.962	51	8.013
Resultado financeiro líquido	(104)	-	(104)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	7.858	51	7.909
Imposto de renda e contribuição social	(1.003)	-	(1.003)
Lucro líquido do exercício	6.855	51	6.906

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL	Capital social	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a
Saldos em 1º de janeiro de 2023 (originalmente apresentado)	3.180	636	2.492	
Ajustes de reapresentação	-	-	-	
Saldos em 1º de janeiro de 2023 (reapresentado)	3.180	636	2.492	
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (originalmente apresentado)	4.680	936	4.814	
Ajustes de reapresentação	-	-	51	
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (reapresentado)	4.680	936	4.865	

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações dos fluxos de caixa - DFC	Notas	Em 31 de dezembro de 2023		
		Originalmente apresentado	Ajustes de reapresentação	Reapresentado
Lucro antes dos impostos		7.858	51	7.909
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais				
Depreciações	7 e 8	114	(51)	63
Baixas do ativo imobilizado	7	4	-	4
Total		118	(51)	67
Redução (aumento) nos ativos				
Clientes	4	(12)	-	(12)
Créditos diversos	-	(2)	-	(2)
Total		(14)	-	(14)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	-	3	-	3
Impostos pagos (IR/CS)	18	(1.003)	-	(1.003)
Obrigações trabalhistas e tributárias	11	6	-	6
Adiantamento de clientes	-	3	-	3
Total		(991)	-	(991)
Caixa e equivalentes gerado pelas atividades operacionais		6.971	-	6.971
Caixa e equivalentes das atividades de financiamento				
Aumento do capital social	12.1	1.500	-	1.500
Dividendos distribuídos	12.2	(4.233)	-	(4.233)
Partes relacionadas	6	(4.063)	-	(4.063)
Caixa e equivalentes aplicado nas atividades de financiamento		(6.796)	-	(6.796)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		175	-	175
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	3	298	-	298
No final do exercício	3	473	-	473
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		175	-	175

2.4. Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2024

A Empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Empresa.

IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- i) O que se entende por direito de adiar a liquidação;
- ii) Que o direito de adiar deve existir no final do período das demonstrações contábeis;
- iii) Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a Empresa exercer seu direito de adiar;
- iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da Empresa de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Empresa.

IAS/IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos.

Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma Empresa.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Empresa.

Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3): Demonstrações consolidadas

Em julho de 2024, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu o documento "Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11", que incluiu pequenas alterações à IFRS 10 (Demonstrações Consolidadas), que também afeta o CPC 36 (R3) no Brasil. Essas alterações fazem parte do ciclo contínuo de melhorias anuais, com o objetivo de esclarecer ou corrigir questões pontuais nas normas contábeis.

Alterações principais à IFRS 10 no "Volume 11": As alterações em ****IFRS 10**** são pequenas revisões, mas com um impacto relevante na aplicação da norma e na interpretação do controle para fins de consolidação.

- i) Esclarecimento sobre a perda de controle: O IASB fez um esclarecimento sobre como as empresas devem tratar a perda de controle de uma subsidiária. A norma agora deixa mais claro o momento exato em que o controle é considerado perdido. Isso é especialmente importante para transações que envolvam venda de subsidiárias ou mudança no controle de uma subsidiária. Uma revisão detalhada dos passos que devem ser seguidos para avaliar se o controle foi realmente perdido, com foco na dados em que o controle deixa de existir.
- ii) Avaliação do controle quando há influências externas: A revisão também aborda situações em que o controle de uma participação pode ser afetado por influências externas, como acordos com outras Empresas ou acionistas. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Empresa.

2.4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações alteradas ou emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IAS 21/ CPC 02: Os Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio intitulada falta de conversibilidade

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando a Empresa consegue obter a outra moeda dentro de um período que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações exequíveis.

A Empresa avalia se a moeda é conversível por outra moeda na data de mensuração e para um fim específico. Se a Empresa conseguir obter apenas um valor insignificante da outra moeda na data de mensuração para o fim específico, a moeda não é conversível por outra moeda.

A avaliação sobre se a moeda é conversível por outra moeda depende da capacidade da Empresa de obter a outra moeda e não de sua intenção ou decisão de fazer isso.

Quando a moeda não é conversível por outra moeda na data de mensuração, a Empresa deve estimar a taxa de câmbio à vista naquela data. O objetivo da Empresa ao estimar a taxa de câmbio à vista é refletir a taxa na qual uma transação de câmbio organizada ocorreria na data de mensuração entre participantes de mercado em condições econômicas vigentes.

As alterações não especificam como a Empresa estima a taxa de câmbio à vista para atender esse objetivo.

A Empresa pode usar uma taxa de câmbio observável sem ajuste ou outra técnica de estimativa.

Além disso, o IASB realizou alterações importantes na IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro para alinhar com a e fazer referência à IAS 21 revisada para fins de avaliação da conversibilidade.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, sendo permitida adoção antecipada. A Empresa não pode aplicar as alterações retrospectivamente e deve aplicar as disposições de transição específicas incluídas nas alterações.

A Empresa não espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis.

IFRS 18 - Apresentação e divulgações nas demonstrações contábeis

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis e introduziu novas exigências para:

- i)** apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado;
- ii)** apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações contábeis;
- iii)** melhorarias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

A Empresa deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a Empresa aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

A Empresa espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis.

IFRS 7 e 9: Instrumentos financeiros

Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações aos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 e divulgação da IFRS 7. As alterações têm como objetivo:

- (i)** esclarecer que um passivo financeiro é desreconhecido na data de liquidação, ou seja, quando a obrigação relacionada é liquidada ou cancelada ou expira o passivo de outra forma que se qualifica para desreconhecimento;
- (ii)** introduzir uma opção de política contábil para desreconhecer passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de pagamento eletrônico, antes da data de liquidação;
- (iii)** esclarecer como avaliar as características contratuais do fluxo de caixa de ativos financeiros que incluem características ambientais, sociais e de governança e outras características contingentes semelhantes;

(iv) esclarecer o tratamento de ativos sem recurso e instrumentos vinculados contratualmente;

(v) exigir divulgações adicionais para ativos e passivos financeiros com termos contratuais que fazem referência a um evento contingente, incluindo aqueles que estão vinculados a ESG, e instrumentos patrimoniais classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Empresa não espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis.

As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	166	48
Aplicações financeiras	378	425
Total	544	473

As aplicações financeiras referem-se a aplicações efetuadas em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados pela variação mínima de 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Esses certificados podem ser resgatados a qualquer momento pela Companhia, sem qualquer ônus.

4. Clientes

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Clientes a vencer	90	83
Vencidos até 30 dias	3	25
Vencidos de 31 a 90 dias	3	-
Vencidos de 91 a 180 dias	1	-
Total	97	108

5. Tributos a recuperar

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
ICMS (*)	89	89
Total	89	89
Circulante	-	89
Não circulante	89	-

(*) Crédito remanescente da atividade de criação de gado bovino. Após a alteração da atividade principal, as compensações são pontuais.

6. Partes relacionadas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Partes Relacionadas		
Mogno das Alterosas Investimentos Florestais S/A (a)	6.034	8.296
SCP Mamoneira ONE	-	22
Total	6.034	8.318

(a) Valor a receber referente a arrendamento de superfície para plantação de mogno africano, conforme contrato celebrado entre a Companhia e a Mogno das Alterosas Investimentos Florestais S/A. É uma parte relacionada pois os acionistas da Mamoneira Agropastoril S/A possuem participação na Mogno das Alterosas Investimentos Florestais S/A. Os contratos não incidem juros e atualizações. O montante de R\$ 6.034 é referente ao arrendamento de superfície de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024, com expectativa de baixa até 30 de junho de 2025.

7. Imobilizado

Descrição	% – Taxa anual	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Custo					
Edificações	4%	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-
Veículos	20%	226	-	-	226
Direito de uso de software	25%	7	-	-	7
Máquinas agrícolas	10%	2	-	-	2
Equipamentos	10%	245	-	-	245
Móveis e utensílios	10%	2	-	-	2
Equipamentos de informática	20%	17	-	-	17
Total custo		499	-	-	499
(-) Depreciação acumulada	-	(419)	(32)	-	(451)
Valor residual ativo imobilizado		80	(32)	-	48

Descrição	% – Taxa anual	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Custo					
Veículos	20%	226	-	-	226
Direito de uso de Software	25%	7	-	-	7
Máquinas Agrícolas	10%	21	-	(19)	2
Equipamentos	10%	334	-	(89)	245
Móveis e utensílios	10%	3	-	(1)	2
Equipamentos de informática	20%	24	-	(7)	17
Total do custo		615	-	(116)	499
(-) Depreciação acumulada	-	(468)	(63)	112	(419)
Valor residual ativo imobilizado		147	(63)	(4)	80

A Companhia não alterou a forma de utilização do seu imobilizado, como também não identificou desgaste e quebra relevante inesperada, progresso tecnológico e mudanças nos preços de mercado que identificassem que o valor residual ou vida útil dos ativos necessitassem de modificação.

8. Propriedades para investimentos

Descrição	31/12/2024	31/12/2023 (Representado)	01/01/2023 (Representado)
Propriedade para Investimento			
Fazenda Riacho dos Cavalos e Mamoneira	622.390	220.908	220.908
Total	622.390	220.908	220.908

A Companhia mantinha registrado a Fazenda Riacho dos Cavalos e Mamoneira a valor de custo. Buscando demonstrar de forma atualizada o valor da propriedade para investimento, a Companhia alterou a mensuração da Fazenda de custo para valor justo.

As propriedades para investimento foram registradas a valor justo, sendo o valor determinado com base em avaliações realizadas por avaliadores externos e independentes.

A Companhia realizou a avaliação dos imóveis rurais junto a empresa Roldtec Engenharia Ltda. O valor justo do terreno (terra) foi determinado mediante a pesquisa imobiliária na comercialização de terrenos na região de localização da Fazenda, utilizando o método comparativo de dados de mercado, concluindo que o valor de mercado dos 14.292 ha é de R\$ 609.196 (seiscentos e nove milhões, cento e noventa e seis mil). Para as construções divididas em edificações e benfeitorias, o método utilizado foi de quantificação do custo e as suas depreciações, através de vistorias e medições, determinando o valor justo de R\$ 13.194 (treze milhões, cento e noventa e quatro mil).

Analisando todos os fatores influenciáveis, seja ele de natureza social, econômica, governamental, física ou natural inclusive tendência do mercado local, foi concluído que o justo valor do imóvel à data da avaliação é de R\$ 622.390 (seiscentos e vinte e dois milhões, trezentos e noventa mil).

As movimentações estão demonstradas a seguir:

Descrição	31/12/2023 (Reapresentado)	Movimentação AVJ	31/12/2024
Terrenos	214.393	394.803	609.196
Edificações e Benfeitorias	6.515	6.679	13.194
Total	220.908	401.482	622.390

Descrição	01/01/2023 (Reapresentado)	Movimentação AVJ	31/12/2023 (Reapresentado)
Terrenos	214.393	-	214.393
Edificações e Benfeitorias	6.515	-	6.515
Total	220.908	-	220.908

9. Investimentos

a) A composição dos investimentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
SCP Mamoneira One	-	4
Total	-	4

b) Informações da investida:

Empresa	Participação		Prejuízo do exercício	Patrimônio líquido	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
SCP Mamoneira ONE	-	1,00%	-	-	-	-
Total			-	-	-	-

Empresa	Participação		Prejuízo do exercício	Patrimônio líquido	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023
SCP Mamoneira ONE	1,00%	1,00%	(10)	395	4	-
Total			(10)	395	4	-

c) Movimentação dos investimentos:

	SCP Mamoneira One	Total
Saldos em 31/12/2022	4	4
(+/-) Equivalência patrimonial	-	-
Saldos em 31/12/2023	4	4
(+/-) Equivalência patrimonial	-	-
(-) Baixa de participação societária (a)	(4)	(4)
Saldos em 31/12/2024	-	-

(a) Por já ter encerrado todo o seu objeto social, os sócios resolvem, por consenso unânime, dissolver e extinguir a Sociedade SCP Mamoneira One, cujas atividades foram iniciadas em 27 de outubro de 2020 e encerradas em 25 de julho de 2024, onde a Companhia realizou a baixa da participação de 1% na sociedade.

10. Provisão para riscos

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis em andamento. Está discutindo essas questões tanto na esfera administrativas como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

Com base em informações de seus assessores legais, a Companhia não possui ações em curso classificadas como prováveis, portanto não constituiu provisão.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui um montante de R\$ 478 de processos consideradas como risco possível com base na avaliação dos assessores jurídicos (R\$ 332 em 31 de dezembro de 2023).

11. Obrigações trabalhistas e tributárias

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Trabalhista		
Férias	30	31
INSS e FGTS a recolher	6	7
IRRF a recolher	1	1
Total	37	39
Tributário		
IRPJ/ CSLL	32	27
Outras	7	4
Total	39	31
Total	77	70

11.1 Tributos diferidos

Descrição	31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentado)	01/01/2023 (Reapresentado)
Não Circulante			
Tributário			
IRPJ/ CSLL diferido	211.130	74.591	74.591
Total	211.130	74.591	74.591
Total	211.130	74.591	74.591

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

Em 19 de janeiro de 2024, os acionistas do AGFA aprovaram a amortização das 2.574 ações da Mamoneira devolvidas integralmente aos cotistas do fundo, que em 31 de julho de 2024 transferiram essas ações para constituição da empresa TGF Participações S/A.

Em ata de 06 de dezembro de 2024 foi aprovado um aumento do capital social da Companhia em 1.000 ações, ficando o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 5.680 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 4.680 em 2023) representados por 5.680 ações ordinárias e sem valor nominal.

Capital social em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	%	Ações	Capital social
TGF Participações S/A	55	3.124	3.124
GTR Brasil Participações Ltda.	45	2.556	2.556
Total	100	5.680	5.680

Capital social em 31 de dezembro de 2023:

Descrição	%	Ações	Capital social
AGFA Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	55	2.574	2.574
GTR Brasil Participações Ltda.	45	2.106	2.106
Total	100	4.680	4.680

12.2. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos obedecerá às destinações de seu estatuto social, o qual contém as seguintes destinações:

- 5% para reserva legal, limitado a 20% do capital social;
- Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, em percentual a ser definido pela Assembleia Geral, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal).

Foi autorizado pela AGE de 06 de dezembro de 2024 a distribuição de dividendos intermediários conforme levantamento do balanço com posição em 31 de outubro de 2024, constituindo reservas conforme estatuto social.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentado)	01/12/2023 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	272.681	6.906	6.858
Reserva legal	(200)	(300)	(150)
Reserva de lucros	149.678	147.305	144.990
Lucro base para dividendos	422.159	153.911	151.698
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado	(105.540)	(38.478)	(37.925)
Distribuição de dividendos	(11.154)	(4.233)	(4.393)
Reserva de lucros (a)	411.005	149.678	147.305

(a) A reserva de lucros no montante de R\$ 411.005 é composta por R\$ 1.147 de reserva de retenção de lucros, resultante das atividades operacionais da Companhia e R\$ 409.858 de reserva a realizar, resultante do valor justo da propriedade para investimento. A administração entende que o efeito caixa de antecipação da receita de arrendamento de superfície com previsão de realização em 2025 será a realização do lucro a realizar.

12.3. Resultado por ação

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores das ações ordinárias e a quantidade das ações utilizada para calcular o lucro líquido básico por ação:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentado)
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	272.681	6.906
Quantidade de ações ordinárias	5.680	4.680
Lucro líquido básico por ação - R\$	48,01	1,48

13. Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

Não houve remuneração paga aos administradores e dirigentes da Companhia nos exercícios de 2024 e 2023.

14. Receita operacional líquida

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional bruta	10.209	9.260
(-) PIS	(67)	(60)
(-) Cofins	(309)	(278)
Receita operacional líquida	9.833	8.922

15. Despesas administrativas, comerciais e gerais

Descrição	31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentação)
Despesas com pessoal	(413)	(383)
Água, luz e telefone	(26)	(32)
Manutenção de veículos	(65)	(89)
Depreciação	(32)	(63)
Serviços de terceiros	(182)	(177)
Despesas tributárias	(171)	(43)
ITR	(172)	(166)
Material de consumo	(30)	(33)
Outras despesas	(32)	(28)
Total	(1.123)	(1.014)

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, desde 11 de dezembro de 2018 a Companhia tem como atividade principal o arrendamento de terras para silvicultura e pasto. Atualmente, a Companhia tem dois contratos vigentes, o arrendamento de superfície junto à Mogno das Alterosas, para plantio de mogno, e o arrendamento do pasto junto ao Leandro Pinto da Silva.

Conforme contrato celebrado entre as partes, todos os custos sobre essas operações são de responsabilidade dos arrendatários.

16. Outras receitas (despesas) operacionais

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Resultado Alienação de Imobilizado	-	(4)
Recuperação de despesas	97	109
Ajuste ao valor justo de propriedades para investimento (Nota Explicativa nº 8)	401.482	-
Total	401.579	105

17. Resultado financeiro

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras		
Juros	-	(152)
Despesas bancárias	(2)	(1)
Total	(2)	(153)
Receitas financeiras		
Receitas aplicações financeiras	39	49
Total	39	49
Efeito líquido de resultado financeiro	37	(104)

18. Imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia é optante pelo lucro presumido e o imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida:

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de vendas de mercadorias e serviços recebidos	10.288	10.288	9.249	9.249
(+) Adições e exclusões	-	-	-	-
(=) Total da receita com venda de produtos	10.288	10.288	9.249	9.249
Percentual aplicado sobre a receita	32%	32%	32%	32%
Base de cálculo 32%	3.292	3.292	2.960	2.960
(=) Base de cálculo	3.292	3.292	2.960	2.960
(+) Receitas financeiras	29	29	55	55
(=) Base de cálculo	3.321	3.321	3.015	3.015
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15%	9%	15%	9%
(=) Despesa com imposto presumido	(498)	(299)	(452)	(272)
Adicional do imposto de renda				
Base de cálculo adicional do IR	3.081	-	2.775	-
Alíquotas utilizadas para o cálculo	10%	-	10%	-
Total adicional do IRPJ	(309)	-	(278)	-
Despesa com imposto presumido	(807)	(299)	(731)	(272)

18.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição	31/12/2024	
	IRPJ	CSLL
AVJ - Fazenda Riacho dos Cavalos e Mamoneira	401.584	401.584
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15%	9%
(=) Despesa com tributos diferidos	60.238	36.143
Adicional do imposto de renda		
Base de cálculo adicional do IR	401.584	-
Alíquotas utilizadas para o cálculo	10%	-
Total adicional do IRPJ	40.158	36.143
Despesa com imposto diferido	100.396	36.143
Total	136.539	

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferido sobre o valor justo da propriedade para investimento demonstrada na Nota Explicativa nº 8, esperando liquidar esse passivo diferido em uma transação de venda futura.

19. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia analisou sua exposição ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração.

Estes riscos significativos de mercado que afetam a Companhia podem ser assim resumidos:

Riscos de mercado (incluindo juros e câmbio)

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré ou pós-fixadas. A Companhia não possui instrumentos financeiros em moeda estrangeira, não estando, portanto, sujeita aos impactos oriundos das variações das taxas de câmbio.

Risco de crédito

As políticas de crédito da fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco.

Risco de liquidez

Representa o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

20. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia avalia anualmente a ocorrência de eventos subsequentes à data das demonstrações contábeis. Na AGE de 06 de dezembro de 2024, foi aprovada a redução de capital da Companhia de R\$ 5.180, sendo a redução de capital efetiva após 60 dias após a publicação da ata de assembleia geral, ficará assim o capital social da Companhia:

Descrição	%	Ações	Capital social
TGF Participações S/A	55	275	275
GTR Brasil Participações Ltda.	45	225	225
Total	100	500	500

* * *

Diretor

Henrique Americano Carvalho de Freitas

Diretor

Salomão Teixeira de Souza Filho

Contadora

Grazielle Caetano de Morais
CRC:MG – 097261/O-2